

Nação brasileira e "mística paulista": uma análise dos memorialistas da rebelião militar de 1924 em São Paulo

*Cássia Chrispiniano Adduci**

Resumo:

A finalidade deste artigo é buscar compreender o(s) projeto(s) de nação e identificar a presença da "mística paulista" nos textos produzidos por contemporâneos da rebelião de 1924 em São Paulo, e publicados ainda durante os anos 1920.

Discutir a "mística paulista", historicizar seu uso e reprodução: este é o objetivo central da pesquisa que desenvolvo. Em estudo anterior sobre o movimento separatista paulista de 1887, pude analisar uma série de documentos em que pela primeira vez apareceu, de modo sistemático, a idéia de superioridade econômica, política, geográfica e racial dos "paulistas".¹ Idéia presente na região desde o período colonial² e que foi fortalecida durante a República Velha, para atingir seu ápice em 1932. Segundo Emilia Viotti da Costa, teriam sido a idéia de superioridade e o orgulho de "ser paulista" que ajudaram a compor a "mística dos paulistas", convertendo-se, junto com o "espírito separatista", "em mitos poderosos durante a Primeira República e que ainda hoje são cultivados por indivíduos que vivem presos ao passado" (1987: 346).

No momento, o principal foco da minha atenção é a década de 20, período da primeira fase republicana em que acredito ter havido ocasiões propícias à (re)utilização dos "mitos paulistas". É neste sentido que este texto traz algumas reflexões.

São Paulo, a Primeira República e a crise dos anos 20

Se tomamos por referência vários estudos sobre São Paulo na República Velha, facilmente podemos identificar este período como um dos momentos

* Doutoranda em Ciências Sociais na PUC-SP e membro do Neils.

1. Sobre o movimento separatista paulista de 1887 ver Adduci (1996).

2. Sérgio Buarque de Holanda aponta a presença do orgulho de "ser paulista" já no período colonial (1972: 426).

propícios ao reforço do “mito paulista”. Joseph Love, por exemplo, analisa a relação entre São Paulo e a federação brasileira entre 1889 e 1937, apontando vários índices significativos sobre o desenvolvimento do Estado no período. Antes de 1930, São Paulo já seria responsável “por mais de dois sétimos da produção agrícola e industrial do Brasil, isto é, mais que o dobro da produção da unidade que vinha em segundo lugar, Minas Gerais” (dados do censo econômico de 1920).

E mais: “ultrapassou sistematicamente a metade do total [das exportações nacionais] entre 1921 e 1940”; em meados dos anos 20, Santos “exportava três vezes a quantidade embarcada para o estrangeiro pelo Rio de Janeiro”; a partir de 1920, o Estado passou a ser também “o primeiro do país em produção industrial”. Em comparação com Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a arrecadação do estado foi duas a três vezes maior. Sua destacada posição econômica transformou-o no maior captador de recursos federais: “quase um terço era arrecadado em São Paulo nos anos 30”.

Love destaca também o crescimento de sua população, principalmente fruto da imigração estrangeira: “a metade dos imigrantes da nação se estabeleceu em São Paulo”. Apesar das deficiências das cifras, é possível detectar um importante aumento do índice de alfabetização: em 1920, São Paulo ficava atrás somente do Rio Grande do Sul. E este aspecto possuía uma grande importância política: “Uma população grande e relativamente alfabetizada representava um ingrediente necessário à produção de grandes eleitorados estaduais. O número de eleitores em cada Estado era essencial ao processo político, visto que o presidente se elegia pelo voto popular direto e, em muitos sentidos, o poder executivo controlava os outros dois poderes do governo, podendo até intervir militarmente nos Estados mais fracos” (1982: 53-5).

Suely R. Reis de Queiroz também aponta diversos índices de crescimento da economia paulista que, para a autora, deixariam claro a pujança econômica do estado que “dinamizada pela ação política, assinalaria a sincronia entre o poder político e o econômico que caracterizou a história de São Paulo no período da República Velha” (1976: 471).

Esta sincronia, no entanto, era algo novo. Ao fortalecimento econômico paulista, a partir da segunda metade do século XIX, não correspondeu um igual crescimento de seu poder político, o que levou o grupo dominante na província a dar início a uma luta político-ideológica pela descentralização. Uma das expressões ideológicas deste embate foi o movimento separatista de 1887, outra delas — a opção vitoriosa — foi o ideal federativo.

Embora a República federativa constituísse um objetivo comum às classes dominantes vinculadas à economia agroexportadora, Renato M. Perissinotto destaca sua importância específica para o grande capital cafeeiro:³ “A autonomia estadual conferia ao grande capital a possibilidade de consolidar a sua hegemonia em nível regional e, conseqüentemente, de conquistar o controle definitivo sobre as políticas cafeeiras e os negócios estaduais” (1994: 96. Grifos do autor).

3. O autor enfatiza a diferença entre lavoura — fazendeiros ligados exclusivamente à terra — e grande capital cafeeiro — fazendeiros que moravam na cidade e possuíam atividades econômicas diversificadas, com o predomínio do aspecto mercantil. Estes dois grupos constituiriam frações diferentes e autônomas de classe, convivendo sob a hegemonia da segunda.

A instalação da República federativa não foi, todavia, a rápida promoção da tranquilidade política para esta fração da classe dominante. Seus ideais viram-se ameaçados pelo governo de Deodoro da Fonseca e sua tentativa de centralização, mas já no governo Floriano, o Partido Republicano Paulista havia se constituído em um dos “esteios” do poder, prefigurando-se, como aponta Eduardo Kugelmas, “a consolidação de seu projeto hegemônico civil” (1986: 62-3). Abria-se um caminho que alcançaria a estabilidade com a implementação da “política dos governadores”, cujo resultado imediato foi a “consolidação das situações estaduais”. No caso específico do grande capital cafeeiro, firmavam-se seus objetivos: “a autonomia estadual e o domínio incontestado da política regional”. Consciente de que seu domínio residia na federação, esta fração da classe dominante não mais descuidou deste princípio (Perissinotto, 1994: 102).

No entanto, a história não correu somente a favor dos “paulistas”. Durante este período, novos grupos sociais foram se fortalecendo, gerando vários focos de tensão. Parte destes grupos tornou-se capaz de, em 1930, apoiar a implementação de um processo de desestabilização da estrutura política sob o controle de paulistas e mineiros, expressando “a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário” (Fausto, 1995: 112).

Foi então durante a década de 20 — período de crises políticas e financeiras — que a desintegração da República Velha teve início. As revoltas tenentistas agitaram o campo político — descontentes, principalmente, com a corrupção e os métodos políticos adotados durante a Primeira República — e a constante queda do preço do café no mercado internacional abalou o país financeiramente, aumentando o custo de vida e contribuindo para a “agitação social”.

Junte-se a este contexto, os recorrentes conflitos regionais do primeiro período republicano. O trabalho de Perissinotto auxilia também na compreensão do regionalismo. O autor destaca-o “como a expressão de conflitos no interior do bloco no poder” (1994: 19), adotando “a interpretação desses conflitos de um ponto de vista classista, isto é, de um ponto de vista dos conflitos internos às classes dominantes no período em questão” (1994: 205).

Os “conflitos regionais” expressariam a divisão entre São Paulo — único pólo da economia agroexportadora — e os outros Estados — de economias voltadas para o mercado interno. “Pelo fato de a economia agroexportadora se concentrar em um único estado, pelo fato de se regionalizar, portanto, os conflitos entre os interesses voltados para a exportação e aqueles voltados para o mercado interno assumem, necessariamente, a forma de um conflito regional. Note-se, em favor dessa interpretação, que o chamado ‘conflito regional’ no período em questão não era um conflito entre todas as regiões, entre todos os Estados. Ao contrário, a divergência regional se dava entre Minas e São Paulo, por um lado, e os outros Estados, freqüentemente sob a chefia do Rio Grande do Sul, por outro. Isso reforça a afirmação acima,

segundo a qual a divisão entre interesses exportadores e interesses de mercado interno é uma divisão essencial para se entender o 'conflito regional' no período" (1994: 214-5).

Estes conflitos regionais, entretanto, não se mostraram logo após a queda da monarquia. A oposição do Rio Grande do Sul somente se fez sentir, de "forma mais contundente", com o governo de Campos Sales e a instauração da "política dos governadores", instrumento que "afastou de vez [o estado] do controle do governo federal". Este controle passou a ser monopolizado pela aliança política entre Minas e São Paulo: "Essa convivência restrita garantia os interesses da economia agroexportadora, os interesses do clientelismo mineiro e a estabilidade política dos dois Estados e da República federativa, pois *expulsava dos centros de poder os interesses divergentes, isto é, aqueles voltados para o mercado interno*" (Perissinotto, 1994: 217. Grifos do autor).

As tensões entre os interesses exportadores e os do mercado interno mantiveram-se latentes durante a maior parte da República Velha. Mas na eleição de 1922 o agravamento destas tensões veio à tona, transformando-a na única disputa sucessória "em que um confronto entre os dois grandes Estados e os Estados intermediários se colocou claramente" (Fausto, 1990: 408).

Para suceder Epitácio Pessoa, São Paulo e Minas escolheram Artur Bernardes. O Rio Grande do Sul colocou-se frontalmente contra a escolha e passou a chefiar a "Reação Republicana" com o apoio do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A oposição denunciava a candidatura como uma forma de manutenção dos esquemas valorizadores que beneficiavam Minas e São Paulo, facilitando seu progresso, enquanto deixava no "ostracismo econômico e político" os demais estados (Perissinotto, 1994: 220-1).

Mas Artur Bernardes foi eleito e deu início ao seu governo atendendo aos interesses do grande capital: manteve a política de emissões e a realização da defesa permanente do café. A situação financeira do país piorou, o custo de vida aumentou gravemente e em seu rastro veio a insatisfação popular. Durante a gestão de Bernardes, o país viveu quase ininterruptamente sob o estado de sítio. A intolerância política e o arbítrio do governo foram reforçados pelo uso freqüente da Lei de Expulsão dos estrangeiros do país; da Lei de 1921, "que possibilitava o fechamento das associações e sindicatos considerados subversivos face ao governo vigente" e da Lei de Imprensa, aprovada em 1923 (Ueócka, 1991: 17).

Neste contexto explode, em São Paulo, a rebelião tenentista de 1924.

O movimento tenentista de 1924 em São Paulo

Especificamente sobre o levante que teve a cidade de São Paulo como cenário, há o texto fundamental de Anna Maria Martinez Corrêa, *A rebelião de 1924 em São Paulo*, e os trabalhos de Lorayne Garcia Ueócka, *1924: dossiê de uma rebelião. Operários ante a sedição paulista*, e de Laura Cristina M. de Aquino, *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924*

em São Paulo; além de inúmeros outros estudos que discutem o movimento tenentista, incluindo a rebelião liderada por Isidoro Dias Lopes. No presente texto, não tratarei das questões teóricas que o estudo do tenentismo suscita, nem do desenrolar da rebelião em São Paulo, concentrando-me apenas no aspecto ideológico dos documentos lançados pelos militares de 1924.⁴

A república havia “degenerado”. Desta constatação partiam os militares rebeldes. No primeiro dos manifestos, publicado pela imprensa em 10 de julho, eles expõem suas críticas aos governos republicanos, mais enfaticamente ao governo de Artur Bernardes (especificamente, à lei de imprensa e ao estado de sítio). Segundo eles, os últimos governos teriam se caracterizado pelo nepotismo e pela incompetência. Sua intenção seria o restabelecimento da situação política que caracterizava o Império: “integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa, e alto descortino político”. Colocando-se acima dos instrumentos políticos institucionais e ao lado do povo, o movimento que agora lideravam teria como objetivo uma reabilitação da nação e por isso seria patriótico. Através de uma atuação ampla (o movimento não se restringiria a São Paulo), implementariam um “programa geral de moralização nacional”. Mas os rebeldes apressam-se em afirmar a ausência de ambições do exército: sua atuação seria abnegada, altruística. Estariam agindo, exclusivamente, em função da posição de impotência à qual o povo teria sido reduzido.

Esta idéia da atuação do exército “em nome do povo” está presente também no segundo manifesto, de 17 de julho. Desta vez o documento lembra a participação da instituição quando da derrubada da monarquia e implantação da república. Mas a atuação imprevidente dos políticos que assumiram a república teria destruído os costumes políticos do regime (a constituição não estaria sendo observada, o equilíbrio entre os três poderes teria se rompido com a predominância esmagadora do executivo), levando à insatisfação da população. Os interesses particulares teriam ficado acima dos gerais, a corrupção teria ganhado terreno em detrimento da liberdade e do progresso. Esta situação geral só poderia ter levado ao quadro de decadência, desordem e perturbações que caracterizaria o país.

As propostas dos tenentes para solucionar este “caos” foram explicitadas no terceiro manifesto publicado em 24 de julho, já às vésperas da retirada dos militares rebeldes de São Paulo: a instituição do voto secreto aliado ao censo alto; uma ampla reforma no sistema judiciário com o objetivo de libertá-lo das pressões do executivo; e reformas educacionais com a finalidade de a escola passar a atuar mais objetivamente na formação do “caráter” e da “mentalidade” dos estudantes.

Estas propostas são elucidativas. Às classes populares seriam negados “os instrumentos formais da democracia política burguesa”, institucionalizando-se sua marginalização. Identificando o executivo com o exercício de poder das “oligarquias”, como aponta Boris Fausto, os militares estariam pretendendo, ao defender a predominância do judiciário, “órgão aparentemente mais distante dos políticos por sua natureza, a garantia do bom funcionamento do regime”. Por último, as mudanças educacionais

4. Os tenentes de 24 em São Paulo, ao contrário dos participantes do movimento de 1922, publicaram através da imprensa três manifestos que permitem uma avaliação de seus objetivos. Estes textos foram reproduzidos em vários livros. Destaco, dentre eles, o de Paulo Duarte, *Agora nós!*

poriam fim à formação de bacharéis, identificados pelos militares “como políticos profissionais, hábeis e inúteis chicanistas” (1990: 65-6).

Os documentos permitem perceber que o modelo de Estado que estes militares defendiam ainda era o liberal. O desvirtuamento do liberalismo em curso no Brasil teria sido causado pelo menosprezo da vontade popular, mas aí é interessante observar quão restrita era a concepção dos rebeldes sobre o aprofundamento do princípio da soberania popular: a implantação do voto secreto seria acompanhada pelo censo alto.

Boris Fausto avalia esta posição alertando que apesar “dos louvores ao voto secreto”, a ideologia tenentista já teria incorporado “fragmentos da crítica antiliberal que se vai constituindo após as decepções dos primeiros anos da República” (1995: 67-8). Decepções que tinham nos “paulistas” e no seu civilismo seu ponto forte já que este grupo representaria para os tenentes “os principais vícios do sistema político republicano”. “O ‘civilismo’ paulista despertava especial ressentimento, pois só se tornara possível por contar o Estado com uma milícia estadual subordinada ao poder local e bem equipada, sob alguns aspectos em situação superior ao Exército (...) Acima de tudo, este Estado controlado por uma ‘elite de plutocratas’, vinculado diretamente aos grandes centros financeiros internacionais, era o principal responsável pela incipiente consolidação do Estado nacional” (1990: 412).

Apesar de enfatizar uma aproximação entre os militares e o “povo”, o movimento é claramente elitista. Isto ficou evidente quando seus líderes recusaram o apoio dos operários e comprometeram-se abertamente com parte da classe dominante paulista e com as autoridades que permaneceram na cidade após sua ocupação. Isto além, evidentemente, de sua proposta de reforma eleitoral.

O aspecto “difuso” do nacionalismo tenentista da década de 1920, apontado por Boris Fausto, também foi destacado por Ludwig Lauerhass Jr. Na avaliação deste autor, o nacionalismo brasileiro do período teria mantido-se “essencialmente negativo”. As revoltas tenentistas — sua mais expressiva manifestação — teriam sido “rebeliões carentes de qualquer programa bem formulado contra um sistema político intransigente, que não acompanhava o ritmo das mudanças econômicas e sociais. Sob muitos aspectos, aquelas revoltas foram mais subconscientemente do que explicitamente nacionalistas” (1986: 61-2).

Lauerhass Jr. aponta ainda uma mudança no desenvolvimento do nacionalismo político no Brasil: o militar passou a predominar sobre o civil. Gradativamente a influência militar foi se ampliando graças ao “mau funcionamento do processo democrático” e a um favorecimento de sua imagem durante a guerra, acabando por fazer com que o movimento tenentista — ainda que composto por uma minoria dentro do exército — representasse “a ascendência do tipo de nacionalismo autoritário do centro, ao passo que o declínio do nacionalismo liberal-democrata era evidente (...)” (1986: 62).

Nação brasileira e “mística paulista”: uma análise dos memorialistas da rebelião militar de 1924 em São Paulo

A partir dos textos produzidos por contemporâneos da rebelião de 1924 e publicados ainda durante a década de 20, busco compreender o(s) projeto(s) de nação que estava(m) em debate e identificar a presença da “mística paulista” nestes discursos — em que ocasiões, de que modo e por quais sujeitos políticos ela era apropriada. As proximidades entre as propostas militares e as defendidas nos textos analisados são várias e ficarão evidentes a seguir.

Os autores das diversas obras estavam, direta ou indiretamente, envolvidos nos conflitos, parte deles favoráveis à rebelião, parte, contrária. Uma característica, no entanto, está presente na maioria dos textos: é a ênfase dos autores no caráter imparcial de seus trabalhos. Apesar da divergência de posição em relação ao movimento, outro ponto importante é o caráter conservador dos autores e seu medo em relação ao “povo”. Começo por expor, então, o aspecto conservador destes discursos.

Durante a rebelião, José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo à época, falou sempre em nome das classes conservadoras, dizendo-se seu representante. Permanecendo na cidade após a eclosão do movimento, o autor atuou ativamente para a conservação da “ordem”, mantendo contatos freqüentes com Isidoro Dias Lopes, líder dos rebeldes. A posição que adotou causou-lhe a prisão ao fim do movimento e a viagem “compulsória” a Paris, depois de libertado.⁵ Em seu texto *Justiça*, Macedo Soares explicita sua idéia sobre a “formula conservadora”: ela exigiria “respeito absoluto á Justiça”, além de “ser desveladamente ciosa da liberdade dentro da lei e da ordem” que desejasse conservar (1925: 20-1).

Outro autor que pode ser citado como ilustrativo da orientação conservadora entre estes ideólogos é Alceu Dantas Maciel, no livro *A revolta de 24*. Contrário ao movimento, apesar de crítico em relação à situação do país à época, Maciel expõe sua visão conservadora ao tratar do uso da violência e ao aprofundar sua visão acerca da “massa”: “A simpatia popular pelos atos de rebeldia, pelos gestos de força e de coragem, de indisciplina e desorganização, está no feitiço moral, caracterizante das massas, negativas a toda e qualquer disciplina, ordem ou lema que não satisfaça a voracidade dos seus caprichos e necessidades físicas” (1925: 28). O desejo de manutenção da “ordem” e um medo muito grande em relação a este “povo” apareciam explicitamente em qualquer das obras.

Logo no início do movimento, em manifesto dirigido às classes conservadoras que Macedo Soares fez circular, ele explicita apoio às forças legalistas. Este apoio, no entanto, teria enfraquecido, segundo o autor, a partir do momento em que os legalistas abandonaram a cidade. Daí em diante, Macedo Soares foi, pouco a pouco, se aproximando do general Isidoro, principalmente em função dos constantes saques e do medo de que um “movimento, puramente militar em seu início, se transformasse numa conflagração social” (Corrêa, 1976: 137).

5. Julgo que a atuação de Macedo Soares enquanto representante da Associação Comercial — que congregava além de comerciantes nacionais, um grande número de industriais — vem em apoio à análise de Perissinotto. Argumentando que a multiplicidade de associações da classe dominante surgidas em São Paulo durante a Primeira República exemplificaria exatamente seu fracasso, o autor afirma: “Tais associações revelam não só uma diferenciação no interior dessa classe, mas também posições diferenciadas perante o governo, isto é, diante do PRP e sua política” (1997: 54).

Os interesses defendidos por Macedo Soares — principalmente a proteção à propriedade — estão explicitados no trecho em que apóia a criação da Guarda Municipal: ela serviria “(...) para salvar as propriedades, resguardar os *stocks* dos negociantes e industriais, amparar a fortuna dos particulares, todo o rico patrimônio de uma das mais ricas cidades brasileiras, defender as caixas dos bancos e do comércio, garantir a ordem material nas ruas, o sossego, mais que isso, a inviolabilidade dos lares de centenas de milhares de famílias, preservar, numa palavra, nos seus bens, na sua honra, na sua existência, a própria sociedade de São Paulo (...)” (1925: 40).

A maioria dos ideólogos tinha uma posição contrária à utilização de “meios revolucionários” para alcançar mudanças políticas. Para Elias Chaves Neto, em *A revolta de 1924*, a solução para os problemas brasileiros seria a criação de partidos políticos. Em sua visão, eles seriam “a única forma de removermos os males que aí estão dificultando e, até certo ponto, tornando impossível o desenvolvimento do nosso país” (1924: 7). Constituindo-se uma obra complexa, a regeneração de um país, na avaliação do autor, não seria viável através de uma “simples revolução”, mas, ao contrário, exigiria uma “reforma moral do povo”. Pior ainda seria lançar mão de uma revolta militar: “essa só é possível entre povos servís, acostumados a confiar a outros a tarefa de lhes regularem o destino”.

Paulo Duarte, em *Agora nós!*, foi quem expressou uma visão “mais positiva” acerca da utilização de “meios revolucionários” como instrumento de transformação social. A revolução seria, em alguns casos, o único “remédio” capaz de frear “a ambição desenfreada de políticos profissionais”; em outros, seria “o único caminho para uma regeneração política”. Na avaliação do autor, o Brasil teria atingido o “mais ínfimo grão de degradação política” e, para este caso, somente poderiam haver duas soluções: a “ditadura iluminada” ou a “revolução”. Não enxergando possibilidades e conveniências para a implantação de uma ditadura no país, o autor considerava a revolução uma opção, mas não nos moldes em que ocorreu: “A revolução veio, todavia, mal organizada, sem o elemento civil, que lhe desse de principio o cunho popular, hostilizada pelo ambiente de rebaixamento moral em que vamos vivendo, tinha de fracassar como fracassou. Foi porém uma ótima lição. Os vendilhões da Pátria já não têm o mesmo sono tranqüilo que a certeza da impunidade lhes dava. E os oprimidos aprenderam a reagir (...)” (1927: 67).⁶

6. Vale destacar neste trecho e no citado anteriormente, de Chaves Neto, a presença da tensão entre civis e militares e que pôde ser percebida também em outros textos.

Antônio dos Santos Figueiredo — autor de *1924* — também faz uma avaliação favorável acerca da vivência violenta trazida pelo movimento para o amadurecimento político do país: “(...) Porque o Brasil não teve o batismo de sangue é que se transformou, em pleno século XX, nesse aborto político de hoje (...) Não prova isso, como querem os cronistas de fancaria, o vigor dos brasileiros: prova só ou a sua covardia ou a sua incapacidade para as lutas cívicas e sociais. As nacionalidades não se forjam com flores e bombochatas; nascem com traumatismos, com lágrimas e com sangue. A maior revolução do Brasil ainda está por se fazer, e essa será a dos infelizes,

e há de, para glória nossa, desmentir a 'brandura dos nossos costumes, e a benignidade do nosso trato' — títulos aviltantes para um capítulo da história" (1925: 307-8).

As avaliações sobre a situação do Brasil eram inevitáveis e é através delas que podemos compreender as reformas e remodelações que eram desejadas e as visões que se tinha sobre o país e sua população. Os problemas apontados eram sempre os mesmos: os sistemas eleitoral e educacional e a situação financeira.

Alceu Dantas Maciel é um dos que critica o sistema eleitoral brasileiro, destacando o papel da educação como elemento de regeneração da sociedade, responsável por seu progresso. Teria sido um ato estúpido a adoção de "uma constituição de sufrágio universal" em um país "cego, atrasado, raça em formação, em caldeamento". A saída seria a adoção do "senso alto": "Só devem votar os que têm capacidade civil, moral: os que escolhem, têm vontade própria, discernimento, eagem" (1925: 42).

Somente a educação do povo lhe imprimiria uma "feição segura, estabelecendo hábitos salutareos, cimentando base sólida a uma futura nacionalidade, escoreita de maus elementos, apurada". O autor prossegue afirmando que nenhum "brasileiro, com a medida a se adotar, ficará inibido de ser eleitor, cidadão. Ao contrário mais se lhe despertará o estímulo a perfeição, mais se lhe atizará o amor ao se capacitar, ao se interessar pelas cousas publicas, para então, ilustrado, de vistas abertas, gozar em toda plenitude os direitos de cidadão" (1925: 43-4). A visão elitista, preconceituosa e evolucionista do autor aparece de forma explícita.

Uma postura contrária à atuação dos republicanos pode ser destacada ainda no texto de Álvaro Ribeiro, *Falsa democracia*. Favorável ao movimento dos militares, Ribeiro defende a democracia — a "moralidade administrativa", a "soberania das urnas" e a "representação das minorias" (1927: 51) —, critica o grande poder concentrado nas mãos do presidente da República e o Congresso Nacional (1927: 50-3).

De acordo com Ribeiro, a situação de opressão, no nível federal, se estenderia aos estados. O autor exemplifica com a situação política de São Paulo, criticando o PRP que, aos poucos, teria abandonado as "fórmulas genuinamente democráticas" que haviam regido o partido em seu início (1927: 59-60).⁷ Outro problema "gravíssimo" que atingiria o país seria a "balbúrdia orçamentaria, originada por dispêndios imprevistos e não autorizados, com os conseqüentes *déficits*, que argumentam a dívida interna e externa, pretextos constantes para a agravação dos impostos, e justificativos da criação de novas fontes de receita, asfixiadoras das energias vitais da Pátria!" (1927: 78).

Mais uma análise da crise que estaria atingindo o país aparece na obra *A crise nacional*, de Júlio de Mesquita Filho. O autor avalia a crise como fruto da "decadência política" que teria se seguido à "implantação do regimen republicano" (1925: 3). Explicitando ao longo do texto seu caráter conservador e racista e a influência organicista de Spencer,⁸ Mesquita Filho

7. Outros autores teceram críticas ao PRP. Ver Ribeiro (1925: 11) e Duarte (1927: 68).

8. O mesmo caráter organicista pode ser apontado em outros autores. Ver, como outro exemplo, Maciel (1925: 243).

atribui ao fim da escravidão a “grande transformação na consciência nacional” que teria passado a apresentar “alarmantes sintomas de decadência moral”. Aos que atribuíam à forma republicana o “rebaixamento do nível intelectual do parlamento brasileiro”, o autor alertava que, ao contrário, a única forma que poderia ter sido adotada dentro da situação do país teria sido o regime presidencial-federativo.

Outros autores, no entanto, colocaram em xeque, junto com a república, o federalismo. Uma forte crítica ao sistema implantado no Brasil é o tema central do terceiro texto da obra de Elias Chaves Neto. A crítica surge ligada à questão da defesa do café. Após o final do movimento militar de 1924, como consequência de uma mudança de atitude em relação ao problema, “parte da população” teria se erguido indignada, chegando a lançar “ao país a ameaça da desagregação, para defender interesses que lhe são próprios”. Para o autor, aos governos locais não deveria ser permitido tratar de assuntos que se referissem ao país como um todo, estes interesses deveriam ser tratados pelo governo central e “elaborados, discutidos por partidos nacionais, isentos, dessa forma, do espírito regionalista dos Estados, sempre prontos a entrar em luta uns com os outros” (1924: 54).

Chaves Neto demonstra a preocupação com a manutenção da unidade do país e mais uma vez aponta como solução a criação de partidos nacionais, mas vai além, dando indícios da existência de uma tensão, sempre latente, na relação entre São Paulo e o resto da federação: “(...) não é verdade que no resto do Brasil, haja uma má vontade manifesta para com São Paulo (...) É, porém, dando-lhes importância, que São Paulo satisfaz a sua vaidade de Estado superior. Dizer que os outros nos invejam é nos julgarmos dignos de ser invejados, atitude pouco simpática, de *parvenu* com que, também por sua vez, São Paulo aliena de si, as simpatias do resto dos habitantes do país” (1924: 60. Grifos meus).⁹

Mesquita Filho defende, como a maioria dos demais autores, a adoção do voto secreto: uma “verdadeira revolução pacífica” que corresponderia a uma “mudança radical nas nossas representações políticas” (1925: 62). Nesta luta, a São Paulo caberia um papel fundamental: “*Ponderado, calmo, refletido, educado na rude escola da lavoura, o paulista sempre soube prever os instantes decisivos para a nacionalidade* (...) Que a política rompa com a tradição oligárquica, para dar lugar à democracia, triunfante já na consciência da coletividade. O paulista clama pelo voto secreto. Concedamos-lhe pois essa carta de alforria” (1925: 67-8. Grifos meus).

Discutir a nacionalidade brasileira exigia também a análise da relação entre esta e a imigração e este tema foi tratado por vários dos ideólogos. Aureliano Leite, em *Dias de pavor*, lembra-se de não descartar o estrangeiro, mas faz ressalvas: “(...) Continuemos a receber de braços abertos o estrangeiro, como grande colaborador de nosso progresso; mas imitemos o que têm de bom os outros povos [Leite cita como exemplo os Estados Unidos e a Argentina]: não abduquemos os nossos direitos de nacionais, orgulhem-nos da nossa nacionalidade. Concidadãos, sejamos brasileiros!” (1924: 33).

9. Para outro exemplo de crítica ao federalismo adotado ver Ribeiro (1927: 26-7).

A questão do estrangeiro em relação à nacionalidade foi tratada também por Elias Chaves Neto. Para este, a nacionalidade brasileira teria nascido do amálgama entre o europeu (e somente ele) e a terra brasileira e o “forte espírito de nacionalidade” — criado durante a época da conquista e da colonização — deveria envolver todos os que viessem viver no país: o estrangeiro teria que abandonar sua própria nacionalidade ao optar por viver aqui: “(...) Contra a invasão pacífica, mas absorvente, temos que nos defender num lento trabalho de assimilação, que deve consistir em reduzir aos nossos costumes e às nossas idéias todos que para cá vierem estabelecer-se, fazendo-lhes sentir a força e o poder da nossa nacionalidade” (1924: 70).

A participação de imigrantes nos “batalhões estrangeiros” formados durante a rebelião abria espaço para a exteriorização do sentimento ambíguo que despertavam. Alguns autores, como Alceu Dantas Maciel, por exemplo, criticam pesadamente esta atuação: “Abuso inominável, revoltante, foi o de se formarem batalhões estrangeiros para a conquista à mão armada do poder, repelida a pretensão ousada pela maioria da Nação (...) Bom ou mau, o governo é nacional (...) Agradecemos aos que trabalham conosco, o esforço, a ação civilizadora, mas, como povo independente, senhor de si mesmo, não podemos permitir se intrometam, atrevidos, em cousas de governo” (1925: 115).¹⁰

No geral, os diversos ideólogos concordavam com o fato de o país estar atravessando uma grave crise moral, política, social e econômica. Conservadores e elitistas, todos defendiam um trabalho de reordenamento da nação sob a direção de um grupo capacitado para esta função. Deter-me-ei agora, mais especificamente, no papel que estaria reservado a São Paulo nesta tarefa. Ainda uma vez, qualquer que tenha sido o posicionamento dos autores em relação à rebelião, a presença da “mística paulista” se faz notar em todos os trabalhos, com destaque também para a utilização da figura do bandeirante na construção da idéia de destaque e superioridade “paulista”.

Macedo Soares destaca o “espírito empreendedor de São Paulo” e sua “generosidade” (1925: 3). Os paulistas se sobressairiam na comparação com o restante da população do país: “de todos os agrupamentos étnicos do povo brasileiro, como conjunto de qualidades intelectuais e morais, os paulistas podem ser apontados como das melhores expressões de sua energia” (1925: 11-2). São constantes as referências ao “povo paulista” como “laborioso” (1925: 71), “honesto e digno” (1925: 89). A herança do bandeirante também está presente: “Si os revoltosos tivessem persistido em ficar em S. Paulo, e perdurasse conseqüentemente o bombardeio, como o anunciava o sr. ministro da Guerra, esgotadas como estavam, pelo insucesso de varias tentativas, todas as possibilidades de se conseguir a suspensão da metralha, seguramente que a população de São Paulo, exaurida toda a paciência, se levantaria contra o governo. *Acreditar na impassibilidade dos paulistas seria desconhecer a energia, a coragem, o espirito de iniciativa, a audácia dos filhos da raça gloriosa dos bandeirantes (...)*” (1925: 130. Grifos meus).

Em seu trabalho sobre os “batalhões patrióticos”, Carlos Castilho Cabral, ao valorizar a atuação destes grupos, também apela à herança bandeirante:

10. A convocação de estrangeiros foi a única espécie de mobilização junto a algum setor da população efetivada pelos rebeldes. Segundo José Augusto Drummond, este fato justificava-se pela “experiência bélica e/ou [a] capacidade de consertar ou fazer a manutenção de armas e veículos” desses elementos (1986: 113).

“Não fosse a atitude varonil dos voluntários paulistas, *as tradições de audácia e valor da gente bandeirante* ter-se-iam perdido na covardia inominável daqueles que se encastelam na cômoda posição de neutros” (1927: 7. Grifos meus).¹¹

O “mito paulista” aparece de forma recorrente na obra de Paulo Duarte. O confronto entre São Paulo e o governo é expresso pelo autor, aparecendo em diversos momentos durante o texto: quando da saída do governo constituído da cidade, abandonando-a à “anarquia”; quando da demora por parte do governo federal em prorrogar os feriados (o que causava grande apreensão, principalmente junto aos banqueiros paulistas); ou por ocasião dos bombardeios: “E desordenadamente, desorientadamente, parvamente, *persistiam os salvadores em destruir a cidade de S. Paulo. A nobre cidade que sustenta o país e cuja seiva não se esgota malgrado a ganância da politiquice, sindicato que, desde 89, vem contentando a avidez de estadistas vorazes*” (1927: 173. Grifos meus).

Os exemplos seguem. Aureliano Leite ao narrar vários episódios do dia-a-dia da rebelião destaca a atuação da “laboriosa população de S. Paulo” (1924: 53), ou a conquista da “maravilhosa capital, o maior núcleo industrial da Sul-América” (1924: 83), ou a falta de informações dos militares rebeldes a propósito “da grandeza incontestável” da terra que haviam tomado (1924: 148). Álvaro Ribeiro ao começar sua crítica ao PRP propõe (vale destacar, ainda uma vez, a presença da figura do bandeirante): “Examinemos, para amostra, a política de São Paulo, o Estado *leader* da federação, que, *pela sua prosperidade, riqueza e cultura, deveria servir de modelo aos demais*. Vejamos, por dentro, a sua feição partidária, como o maior responsável pelo advento republicano, e, por esse motivo, obrigado a zelar das suas honrosas tradições, oriundas dos tempos coloniais, acentuadas com as conquistas civilizadoras dos bandeirantes, através dos sertões desconhecidos” (1927: 57. Grifos meus).

O mesmo autor, ao aprofundar críticas à orientação econômica do país, chega a apontar a viabilidade da existência de São Paulo como Estado independente:

11. Reuniram-se em Itapetininga, “para dirigir a campanha contra os rebeldes”, Fernando Prestes, Washington Luis, Júlio Prestes e Ataliba Leonel, formando então os batalhões patrióticos (Cabral, 1927:7).

“São Paulo, Estado culto e progressista, está pelo desenvolvimento em todos os ramos da atividade humana, fadado a tão brilhante futuro que não exagero em considera-o uma pequena nação.

(...) Independente, São Paulo seria um dos mais ricos países do mundo (...) É inegável o esforço dos paulistas, que, com os elementos estrangeiros, que cooperam para a prosperidade da pujante unidade da federação, fazem do Estado, que honra a pátria, exemplo de incomparável atividade laboriosa, que a amenidade do seu clima e a fertilidade do seu riquíssimo solo favorecem (...)

Tivesse São Paulo política adequada ao seu aperfeiçoamento, que cooperasse para as iniciativas privadas, a sua expansão não teria limites, atingiria a perfeição, tal o volume assombroso da sua produção, que representa mais da metade da exportação nacional.

Porém, a administração pública, como monopólio de oligarquia política, está muito longe de corresponder à intensa operosidade *desse povo inteligente, enérgico e arrojado, ou de satisfazer às suas legítimas aspirações* (1927: 82-3. Grifos meus).

Considerações finais

Enquanto parte de um trabalho maior que procura discutir a “mística paulista” durante a década de 1920 e a ideia de nação brasileira — seus problemas e soluções —, o presente texto pretende apenas destacar alguns pontos que a análise destes documentos permitiu observar.

Quando da avaliação dos problemas brasileiros, em alguns casos a identificação das causas da situação caótica do país feita pelos ideólogos estudados, se aproxima das análises realizadas pelos militares rebeldes. E isto é facilmente perceptível em relação à distorção na implantação e consolidação da república. No geral, os dois grupos criticam os governos republicanos, em especial o de Artur Bernardes. Guiado pela corrupção, pela incompetência e pela fraude, o país precisaria se regenerar, ou melhor, ser reconduzido à sua rota de “progresso”. As soluções também seriam as mesmas: reformas educacional e política, especialmente a eleitoral.

Quanto à concepção de Estado, ambos defendem um modelo liberal, por mais que apareçam características conservadoras, elitistas e autoritárias. Na verdade, como mostra Maria Helena Capelato, os projetos liberal e antiliberal do período possuíam uma mesma essência: “ambos fundamentam a dominação”, o que tornaria os liberais também autoritários. Mas, evidentemente, existiriam distinções: “No projeto antiliberal a questão da democracia está excluída; na perspectiva liberal ela tem limites de classe bem definidos, mas não é negada” (1989: 245).

Um dos pontos centrais das discussões era o modelo de exclusão política implantado com as instituições republicanas. É bem verdade que instalaram-se no país, à época, avanços políticos — democracia representativa e sufrágio universal masculino. Avanços que, apesar de aparentes, já que o que efetivamente vigeu foi uma democracia apenas formal, tiveram inegável poder na medida em que “eram símbolos poderosos que tinham condições de legitimar a dominação das classes dominantes tradicionais” (Pinheiro, 1990: 32). De fato, a exclusão do analfabeto das eleições tirou do jogo político a grande maioria dos trabalhadores rurais e urbanos, mas ainda assim esta medida era considerada menos discriminatória do que o voto censitário. A concepção de democracia passa a estar vinculada à participação dos “homens cultos”.

As propostas reformistas analisadas, como foi visto, buscavam resgatar o voto censitário, tentando, em alguma medida, aliá-lo aos conceitos de “cultura” e “educação”, enfatizando a capacidade de um grupo restrito de conduzir a “massa ignorante” da população: conforme esta fosse se tornando mais e mais “educada”, seria incorporada à política ou, como afirma um dos ideólogos, teria acesso à cidadania.

O caráter reformador dos liberais analisados é facilmente compreendido pela influência que sofreram de Spencer: o evolucionismo organicista do autor inglês interpretava “a revolução — forma violenta de mudança — como uma enfermidade do organismo social que poderia debilitá-la ou, *in extremis*, causar-lhe a morte” (Capelato, 1989: 141). Este ponto ajuda a entender tanto a posição ambígua em relação ao movimento de parte da classe dominante paulista que permaneceu na cidade durante a ocupação desta pelos militares rebeldes, como a defesa de meios pacíficos para a reestruturação da sociedade brasileira: reformas no sistema eleitoral e na educação.

Na avaliação das diversas propostas, com a instalação da república, teria havido uma tentativa de encaminhar o país no sentido do progresso; no entanto, esta tarefa viu-se comprometida pelo predomínio de uma concepção distorcida e corrompida. Era a hora, de acordo com os reformadores, de redirecionar o país no sentido do progresso para consolidá-lo e fortalecer a ordem social. O caminho? Formar “novas ‘elites bem-pensantes’” com a função de administrar o país e “formar a ‘consciência nacional’”: “Esta última tarefa implicava a transformação do povo ignorante e anárquico em cidadãos ordeiros e produtivos. Para atingir esses fins, era preciso que as ‘elites’ estivessem aptas a compreender os problemas de sua época, dando-lhes respostas adequadas. Delas dependia, portanto, o progresso material, político, cultural e a reafirmação da ordem” (Capelato, 1989: 145).

A orientação de outro teórico europeu pode ser identificada com facilidade. A exemplo de Durkheim, para estes ideólogos à educação caberia a garantia da coesão social. A rebelião de que trata este texto, representava, para os autores analisados, uma grande ameaça, mas a “formação da consciência nacional calcada em firmes valores éticos, no civismo e no patriotismo poderia evitar esse risco. Ela se realizaria verticalmente, ou seja, das elites para as massas, e de maneira impositiva, bem de acordo com o modelo de educação proposto por Durkheim” (Capelato, 1989: 150).

Se educação e sistema político reformados eram duas das pernas de sustentação do projeto que se discutia para a remodelação da nação, sem dúvida, esta redefinição passava também pela discussão do trabalho: elemento fundamental para os liberais já que representa a origem da propriedade e já que é apontado como a essência da construção do progresso da nação. Tratava-se de, pela educação, transformar profundamente o trabalhador nacional, adestrando seu corpo e formando-lhe o caráter.

A educação passou a ter então o poder de contornar os percalços impostos pela raça. Como, a partir dos anos 20, os imigrantes começaram a causar sérios problemas para os grupos dominantes, sendo apontados como os causadores do recrudescimento dos conflitos sociais, buscou-se resgatar o trabalhador nacional: “O privilegiamento do trabalhador nacional nesse período resultou nas propostas de se educar, ou melhor dizendo, de se adestrar esse trabalhador, visando à sua integração no mercado de forma produtiva e ordeira. Ao constatar que os imigrantes, antes tidos como

responsáveis pela cura do organismo social, haviam-se transformado em causadores de nova enfermidade — o conflito social — os reformadores propuseram, após rigorosa análise e diagnóstico das causas dos males, a eliminação de seus agentes” (Capelato, 1989: 90).

Outro ponto dos discursos que deve ser analisado é o que diz respeito ao princípio federativo. Durante a década de 20, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, teve início um processo através do qual se superaria a descentralização implantada com a república. O instrumento que já apontaria para a centralização e seria o responsável por esta tendência seria a “política dos governadores” (1977: 24). Um enfraquecimento do ideal federativo e a existência de uma tendência à centralização do Estado demonstraria, segundo alguns autores, que o “interesse paulista” não estaria exatamente na ampla autonomia estadual, mas sim em um país integrado enquanto nação em torno de um núcleo dominante.

A análise elaborada por Kugelmas me parece ajudar na compreensão deste impasse. Para o autor, a constituição de 1891 representaria um avanço, embora insuficiente, na solução dos contornos entre autonomia estadual e federação. Esta insuficiência foi possível de ser superada por Campos Sales que teria conseguido “conjugado uma excepcional margem de autonomia potencial dos Estados com a viabilização de um Estado nacional, capaz de realizar com êxito a interface com o sistema internacional em que o país estava inserido e garantir a paz interna, aliás duas dimensões da mesma tarefa. Em suma, descentralizar e centralizar o poder, em um só movimento” (1986: 74).

A partir de tudo o que foi exposto, não é difícil identificar um projeto de nação claro e que quase não apresenta diferenças entre os ideólogos. Trata-se do desejo de uma coletividade ordeira, pacífica, em franco processo de desenvolvimento, com uma população que em sua grande maioria deveria ser tutelada até que tivesse atingido uma “desejável maioria política”. Rico e próspero, o país ainda teria que superar obstáculos raciais, determinações naturais e erros políticos e administrativos para alcançar o lugar que lhe seria reservado entre as “nações civilizadas”.

Com estes elementos é fácil concluir que o Brasil da época vivia um momento de acentuado nacionalismo: uma fração da classe dominante se apropria da ideologia nacional — ideologia que expressa e reproduz “o sentimento de que todos os agentes da formação social constituem, em alguma dimensão, uma coletividade singular de indivíduos essencialmente iguais” -, em um processo “que, de algum modo, questiona, pela ótica do critério de constituição da comunidade nacional, a forma de legitimidade de um Estado burguês já constituído” (Almeida, 1995: 50).

As características específicas deste viés do nacionalismo brasileiro e sobre as quais já fiz referências são apontadas por Ludwig Lauerhass Jr.: “Naquela época, (...), os objetivos e a atuação dos nacionalistas eram, em seu conjunto, negativos. O que importava era atacar a velha ordem, e não construir uma outra, espalhar o ressentimento nacionalista, em vez de estimular inovações positivas (...) Foi ali, então, em seus coletivos protestos

contra o fracasso da velha geração, retratado na esterilidade da vida intelectual e na estagnação do sistema político da 'República Velha', que os nacionalistas encontraram, essencialmente, os seus objetivos e, embora sem formular um programa doutrinário coerente, contribuíram na preparação do terreno para a revolução de 1930 e o florescimento do nacionalismo que dela resultou" (1986: 59).

Mas este debate incorporava um elemento que este artigo buscou destacar: o "mito paulista". A lista de qualidades atribuídas aos "paulistas", as idéias construídas em torno de São Paulo e de sua população — seu desenvolvimento, sua riqueza, sua iniciativa, sua ligação com o trabalho, sua herança cultural... — parecem não ter limites. Se o desejo era remodelar todo um país, o modelo ideal a ser alcançado não estava tão distante assim e, sem dúvida, serviu para reforçar toda uma "mística paulista" com raízes ainda no período colonial.

Um elemento desta construção ideológica deve ser ressaltado: é a figura do bandeirante. Kátia Maria Abud justifica o resgate de sua figura como símbolo ocorrido entre 1890 e 1930: "(...) ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o processo de integração territorial que dera sentido à unidade nacional. Como símbolo, o bandeirante representava, de um lado a lealdade ao Estado e de outro a lealdade à nação (...)" (1985: 132).

Este processo ideológico de constituição do bandeirante como símbolo paulista serviu para unificar toda a população do estado sob o controle de frações da classe dominante paulista, classe que apesar de suas diferenças internas apresentava um alto grau de homogeneidade em sua constituição, como demonstra o estudo de Joseph Love.¹² Mas esta construção ajudava ainda a justificar a predominância dos "paulistas" sobre o resto do país.

Mais especificamente, as idéias em torno do "mito paulista" ajudavam a construir a representação ideológica de uma igualdade entre membros desiguais em uma coletividade caracterizada por profundos antagonismos. Desigualdade que se referia aos limites dentro do próprio Estado ou às diferenças entre São Paulo e os outros estados da federação. Ao fazerem isto, os ideólogos acabavam por elaborar discursos que acentuavam as diversidades regionais e construíam um presente de luta pela manutenção da hegemonia paulista (ou de uma fração da classe dominante do Estado) a partir da manipulação de um passado e presente idealizados e de um futuro nacional próspero desde que construído sob a tutela de São Paulo.

12. Love analisa a composição da liderança política paulista, apontando três principais indicadores de sua homogeneidade: 1) a ausência de um "elemento proveniente da classe trabalhadora"; 2) a "extensão e tipo de educação recebida por seus membros"; 3) o "grande número de relações de parentesco observadas em seu interior" (1982: 216-7).

BIBLIOGRAFIA

- ABUD, Kátia Maria. (1985). *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. São Paulo, USP, tese de doutorado.
- ADDUCI, Cássia C. (1996). *A "pátria paulista": o separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro*. São Paulo, PUC, dissertação de mestrado.

- ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo, Educ.
- AQUINO, Laura Cristina M. de. (1995). *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, PUC, dissertação de mestrado.
- CABRAL, Carlos Castilho. (1927). *Batalhões patrióticos na revolução de 1924*. São Paulo, Livraria Liberdade.
- CAPELATO, Maria Helena. (1989). *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo, Brasiliense.
- CHAVES Neto, Elias. (1924). *A revolta de 1924*. São Paulo, s/e.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. (1976). *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, Hucitec. (Col. Estudos Brasileiros).
- COSTA, Cyro e GOES, Eurico de. (1924). *Sob a metralha... (Histórico da revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924) Narrativas, documentos, comentários, ilustrações*. São Paulo, Cia. Graphico-editora Monteiro Lobato.
- DRUMMOND, José Augusto. (1986). *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro, Graal. (Col. Biblioteca de Ciências Sociais).
- DUARTE, Paulo. (1927). *Agora nós! Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda*. São Paulo, s/e.
- FAUSTO, Boris. (1990). "A crise dos anos vinte e a revolução de 1930". *O Brasil republicano*. Tomo III, vol. 2, São Paulo, Difel. (Col. História Geral da Civilização Brasileira).
- _____. (1995). *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 13ª ed.
- FIGUEIREDO, Antônio dos Santos. (1925). *1924 (Episódios da revolução de S. Paulo)*. Porto, Emp. Indust. Gráf. do Porto.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1972). *O Brasil monárquico*. Tomo II, vol. VII. São Paulo, Difel. (Col. História Geral da Civilização Brasileira).
- KUGELMAS, Eduardo. (1986). *Difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, USP, Tese de doutorado.
- LAUERHASS Jr., Ludwig. (1986). *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro. Estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp. (Col. Reconquista do Brasil).
- LEITE, Aureliano. (1924). *Dias de pavor. Figuras e cenas da revolta de S. Paulo*. São Paulo, s/e.
- LOVE, Joseph. (1982). *A locomotiva*. São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MACIEL, Alceu Dantas. (1925). *A revolta de 24 (narrativas e comentários)*. São Paulo, Seção de obras de *O Estado de S. Paulo*.
- MESQUITA Filho, Júlio de. (1925). *A crise nacional. Reflexões em torno de uma data*. São Paulo, Seção de obras de *O Estado de S. Paulo*.
- MOTTA, Marly Silva da. (1992). *A nação faz 100 anos. A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas — CPDOC.
- NORONHA, Abílio de. (1924). *Narrando a verdade. Contribuição para a história da revolta em S. Paulo*. São Paulo, s/e.
- _____. (1925). *O resto da verdade (contribuição para a história da revolta em São Paulo)*. São Paulo, Emp. Editora Rochéa.

PERISSINOTTO, Renato M. (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, Editora da Unicamp.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1977). *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed. (Col. Estudos brasileiros).

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. (1976). "São Paulo (1875-1975)". *Separata da Revista de História*. São Paulo, LIV(108): 419-502.

RIBEIRO, Álvaro. (1927). *Falsa democracia. A revolta de São Paulo em 1924*. Rio de Janeiro, F. de Piro & Cia.

SOARES, José Carlos de Macedo. (1925). *Justiça. A revolta militar em São Paulo*. Paris, s/e.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. (1991). *1924: dossiê de uma rebelião. Operários ante a sedição paulista*. São Paulo, PUC, dissertação de mestrado.